



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## O GOVERNO FIGUEIREDO AO REVÉS DA ABERTURA – ENTRE UMA REDEMOCRATIZAÇÃO MINADA E UMA SOCIEDADE CASTIGADA.

Jonathan Vilar dos Santos Leite

UFCG

jonathan.historiador@gmail.com

**Resumo:** Este artigo busca compreender o que estava ao revés desse processo de “reabertura” empreendido a partir de o penúltimo governo militar e solidificado em seu último – sob a liderança do general João Batista Figueiredo. Traçaremos uma análise que busque colocar em uma perspectiva crítica a forma que este processo foi guiado e suas fragilidades em decorrência de múltiplas formas de violência que atingiram de forma direta ou indireta vários brasileiros, fosse esta uma violência crua e evidente ou fosse ainda uma violência contra a dignidade da condição de vida de milhões indivíduos.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar, Redemocratização, Violência.

*“É para abrir mesmo e quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento.”*

**João Batista Figueiredo**<sup>342</sup>

A distensão iniciada por Ernesto Geisel e continuada pelo processo de abertura por João Baptista Figueiredo seguia a trancos e barrancos. Ao passo que algumas medidas davam um tom de mínima suavidade ao regime, outras medidas e atitudes iam à contramão, mostrando as contradições deste processo.

<sup>342</sup> Figueiredo Eleito oferece a conciliação. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p.01, 16/10/1978.





Mesmo assim o caminho que trilhavam as coisas aumentou o ânimo de muitos setores civis, pois era um projeto político que traria reflexos diretos no modo de vida de muitos brasileiros. Mas o que talvez estes generais não contavam era o tipo de reação que estas medidas poderiam desencadear dentro da própria caserna. Os desdobramentos deste detalhe que pode ter passado despercebido acabaram custando caro a muitas pessoas que, independente do projeto político de redemocratização, ainda sentiria os efeitos nefastos que os lembrariam de que aquilo ainda era afinal de contas uma ditadura.

### **1.0 – As primeiras bombas explodem: a miséria se escancara.**

As “benesses” econômicas do milagre no período Costa e Silva e Médici acabaram sendo uma grande cartada do regime para abafar a truculência e sanguinolência que nomearia o mesmo período também de “anos de chumbo”. Aliados a uma propaganda forte e energética, números astronômicos indicavam o progresso e o avanço da nação simbolizado no *ranking* mundial de países potências que faria muitos acreditarem que o país ia absolutamente bem em todos os aspectos. Nas TVs, rádios e jornais da grande mídia empresarial tudo parecia ir bem: tínhamos um dos maiores PIB do mundo, havíamos conquistado o tricampeonato mundial em 1970 no México e o comunismo deixava de ser uma ameaça veemente à nação – os gritos dos torturados estavam perfeita e acusticamente bem abafados nos porões da ditadura. Posteriormente o jogo se inverte em sua lógica: o violento e arrebatador rumo que a economia brasileira trilhava e a forma brutal atingia a quase todos os brasileiros, sobretudo aquela grande maioria que não havia sido agraciada com o dito “milagre” e ficaram reféns da concentração de renda que apenas ínfima porção da população detinha. Como Maria Helena Moreira Alves<sup>343</sup>, segundo dados do Boletim do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) coloca:

Em 1980, 12,5% da população economicamente ativa recebiam um salário equivalente à metade ou menos do salário mínimo legal; outros 20,8% recebiam entre meio e um salário mínimo; e 31,1% ganhavam entre um e

<sup>343</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.292.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

dois salários mínimos. As classes médias eram constituídas pelos trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários mínimos (23,6%); entre cinco e dez (7,2%); e entre dez e 20 salários mínimos (3,2%). Apenas 1,6% dos assalariados brasileiros ganhavam mais que o equivalente a 20 salários mínimos em 1980.

O reflexo deste desastroso cenário econômico refletia em todo o modo de vida dos mais desfavorecidos. O próprio IBGE constatava em 1983 com base na pesquisa-estudo nacional de desenvolvimento<sup>344</sup> a precariedade do modo de vida brasileiro, onde era possível detectar 70% da população do país com um consumo diário de calorias inferior ao considerado necessário ao desenvolvimento humano, em que 40% dos óbitos infantis no país eram devidos a este estado de subnutrição. A má alimentação afetou de forma tão negativa essa grande fatia de brasileiros que até nas regiões mais desenvolvidas do país havia uma preocupação por parte das forças armadas, pois os mesmos estavam tendo que dispensar em torno de 45% dos jovens convocados para o serviço militar por sequer apresentarem condições mínimas de peso e estatura<sup>345</sup>.

Como podemos atentar, a violência também vinha em forma de injustiça, fome e descaso, e se isso ficava mais evidente ainda para quem era pobre, se este fosse nordestino ou da região norte o problema era dobrado. O nordeste enquanto uma das regiões mais diretamente afetadas por toda essa crise conjuntural acabou se tornando antro de miséria e penúria para os mais desafortunados. Se a média nacional para óbitos em nascimento de era 87,3 para cada 1000 nascidos (8,73%), na região nordeste isoladamente esse número subia para 130 pra cada 1000, o que simbolizava 13% dos recém-nascidos mortos no nascimento, um número extremamente alarmante<sup>346</sup>.

Se o consumo calórico mínimo necessário, de acordo com as Nações Unidas era de 3.000 calorias para um homem e de 2.200 calorias para uma mulher, no nordeste 79,5% da população sequer conseguia ingerir esta quantidade mínima diária, ultrapassando, mais uma vez, a média nacional que, como vimos mais acima, era de

<sup>344</sup> **Fome, patologia nacional.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.

<sup>345</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.293.

<sup>346</sup> IDEM.





70%<sup>347</sup>. Em contradição a tudo isso, a indústria da seca seguia beneficiando e favorecendo as elites da região.

A concentração de renda era outro legado problemático perpetrado pelos anos de regime. Em levantamento feito pelo assessor econômico do Ministério do Trabalho, Ramonaval Costa

Em 1960, os 60% mais pobres da população brasileira detinham 23,41% de toda a renda do país, enquanto os 5% mais ricos detinham 30,66%. Dez anos depois estes percentuais passaram a ser, respectivamente, 20,97% e 34,12%. Em 80, com base no censo feito pelo IBGE, constatou-se que a distribuição de renda, na mesma ordem, era de 19,33% e 35,19%.<sup>348</sup>

Os jornais campinenses passaram a exclamar com veemência o grande problema da concentração de renda. Em matéria do Jornal da Paraíba, em março de 1983<sup>349</sup>, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), na figura do presidente da mesma, Eliseu Roberto de Andrade Alves, afirmara que o Brasil necessitava de mais cultivo para o mercado de alimentos interno e, portanto, uma maior população de agricultores, através de um processo moderno e eficiente para acabar com a crescente fome contando com apoio do Estado para ampliar o mercado de fertilizantes. Apesar do presidente da Embrapa não mencionar, outro fator que seria vital para este processo seria justamente o processo de reforma agrária, que permitiria que os pequenos produtores comercializassem diretamente com o consumidor, contribuindo de forma efetiva e direta com o abastecimento nacional de alimentos.<sup>350</sup>

Todavia, a chaga que corroborava com todo este estado de penúria, segundo Maria Helena Alves<sup>351</sup>, referia-se ao mau uso extensivo da terra e a concentração de sua posse. Desde o governo Geisel o governo já adotava uma postura de multiplicação de

<sup>347</sup> Isto É, 14 de agosto de 1983, p.40 APUD ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.293-294.

<sup>348</sup> **Cada vez menor, a renda dos pobres constrói a penúria.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.

<sup>349</sup> **Fome: "A solução é distribuir rendas".** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.02, 19 de Março de 1983.

<sup>350</sup> Além de diminuir o cavalariê rural da época que levou massivas quantidades de camponeses expulsos do campo para a cidade. Pessoas sem emprego e que muitas vezes tornavam-se pedintes, mendigos ou até passavam a viver na criminalidade.

<sup>351</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.294.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

incentivos fiscais às safras agrícolas destinadas à exportação para gerar dólar, sucedendo-se no pagamento do serviço da dívida. Segundo a autora o quadro era o seguinte:

De 1970 a 79, enquanto aumentava a produção de soja (em média anual de 22,5%), cana-de-açúcar (6,3%), cacau (3,7%) e laranjas (12,6%) para exportação, a produção de alimentos básicos para o mercado interno foi relegada por falta de apoio governamental e pela utilização cada vez mais intensiva das terras para colheitas de exportação. Apesar da crescente demanda de alimentos básicos no mercado interno, a produção de feijão caiu 17,32%, e a de trigo, 9,92%, no mesmo período. [...] A destinação de milhões de hectares de terra para a produção de cana-de-açúcar, no quadro do programa do álcool, diminuiu ainda mais o espaço disponível para o cultivo de alimentos básicos.<sup>352</sup>

Como efeito disto soma-se ainda aos efeitos da inflação galopante que era um problema grave já no início do governo Figueiredo, quando seu índice atinge um pico elevado<sup>353</sup> em meados de agosto a outubro de 1980, como podemos constatar nas matérias de jornais que denunciam o grande aumento do preço de alimentos essenciais na mesa do brasileiro, como é caso do feijão, que passava a custar Cr\$140,00 o Kg<sup>354</sup>.

Muitas vezes os jornais se valiam das charges como um artifício de crítica justamente pelo tom satírico. Sendo assim, charges como esta abaixo (por Alonso), também denunciava o estado de penúria que muitos cidadãos passavam com a crise econômica do país – como a charge a seguir em que o homem na janela pensa “vamos cachorrinho, seja atropelado!” para que o mesmo pudesse pegar sua carne para comer, outro alimento de preço cada vez mais elevado:

<sup>352</sup> IBIDEM, p.294.

<sup>353</sup> Que já ultrapassava mais de 100%. Ao fim do ano a média da inflação seria de 110%.

<sup>354</sup> **"Feijão some da mesa dos pobres: Cr\$140,00 quilo"**. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 17 de Outubro de 1980.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 1: Preço da carne continua subindo.** Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 14 de Agosto de 1980.

A população já expressava sua angustia na seção de cartas de jornais, como o Jornal da Paraíba. Para o senhor João Pereira, morador da rua Acre, bairro da Liberdade, era preocupante que o valor da carne continuasse a subir tanto, “o que significa que muita gente vai deixar de ingeri-la” e que “a cada dia o povo está esmolando mais, a carne agora é artigo de luxo, apenas minoria consegue tê-la a mesa”.<sup>355</sup>

Ao passo dessa grande pressão inflacionária sobre os preços de alimentos, víamos o poder de compra do trabalhador cada vez mais reduzido. “Entre 1977 e 1980, o salário mínimo foi reajustado em 203%, mas os preços dos alimentos subiram 428%”, segundo matéria da Isto É<sup>356</sup>.

<sup>355</sup> À redação. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.07, 19 de outubro de 1982.

<sup>356</sup> Isto É, 14 de agosto de 1983, p.40 APUD ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.294.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O próprio ministro da saúde, Valdir Arcoverde, em entrevista exclusiva cedida à Folha de São Paulo<sup>357</sup>, reconhece que “o padrão de alimentação, habitação e saneamento, educação e serviço de saúde pública no país traz consequências patentes para os níveis de saúde da população.” O impacto destes problemas acarretava em uma série de problemas: redução da perspectiva de vida, vulnerabilidade a doenças, mau desempenho no trabalho, além de problemas para suprir outras despesas básicas como habitação, transporte, saúde, lazer, etc.

E como bem retrata a charge de Kenno, no Jornal da Paraíba, quem pagava por tudo isso era o “Zé Povo”, o trabalhador brasileiro, o mais pobre e desfavorecido que tinha que arcar com o ônus e a desgraça de uma economia que o violentava dia após dia. Essas matérias jornalísticas, charges e cartas de opinião de leitores só nos revelam a gritante contradição da lógica econômica empregada pelo regime em uma política de austeridade contra os mais pobres e de favorecimento aos mais ricos.

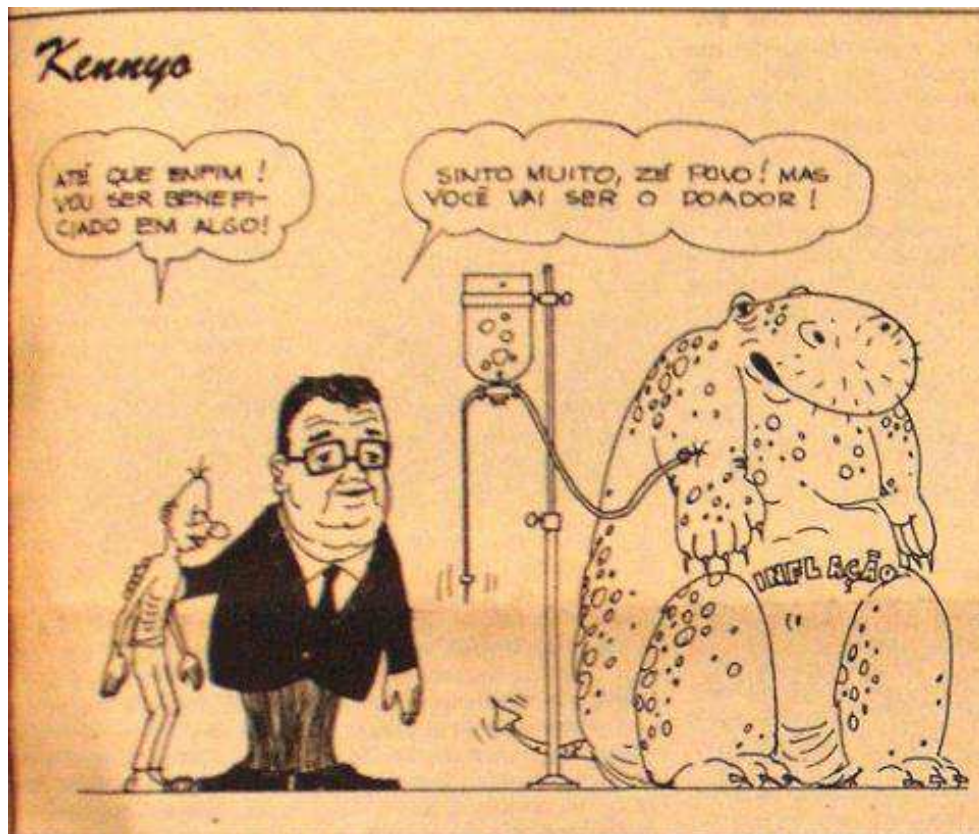
---

<sup>357</sup> **Fome, patologia nacional.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Imagem 2:** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p. 07, 01 de outubro de 1982.

Outra charge feita por Alonso – chargista do Diário da Borborema – denunciava de forma contundente a violência dessa política econômica contra os trabalhadores brasileiros que contavam com tão pouco para sobreviver na terra do falido “milagre econômico”. Vemos na ilustração um trabalhador com precárias vestes, com apenas um dente, de corpo machucado e com curativos. A charge acompanha uma crítica corrosiva ao ironizar o fato deste homem, com 35 anos, casado, com 5 filhos, morando em casa alugada, pegando 8 transportes diários, sofrendo 2 acidentes de trabalho por semana e ganhando um salário mínimo, ainda assim continuar vivo – o que seria de fato um verdadeiro “milagre”.







**Imagem 3:** Diário da Borborema, Campina Grande, p.4, 05 de novembro de 1982.

## 2.0 – A miséria se mostra: as primeiras bombas explodem.

Para além da violência contra a dignidade da população mais pobre do Brasil, outra manifestação desta se fez mais visível como veremos adiante. A violência flerta com o terrorismo e passa a colocar em xeque o próprio processo de abertura.

Se por um lado a articulação entre as políticas de distensão e reabertura com Geisel e Figueiredo juntamente a parte da alta-cúpula das forças armadas estavam dispostas a realizar este processamento de forma resguardada, por outro lado vimos que existiam aqueles a quem as palavras “abertura” ou “distensão” os faziam espumar a boca – como foi o caso do general Sylvio Frota. Apesar de o general Ernesto Geisel ter se livrado do empecilho que era Frota para seus objetivos políticos, a caserna ainda estava infestada de militares descontentes com o rumo do regime e decidida à continuidade de um governo de austeridade e inconciliação. Para estes, o sangrento





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

processo de “saneamento” dos temidos “anos de chumbo” ainda não haviam sido suficiente – apenas uma primeira etapa teria sido cumprida: o combate direto contra a guerrilha. Numa segunda etapa, mais longa e lenta, dar-se-ia uma escalada de saneamento ideológico. Além do mais, nossos vizinhos latino-americanos ainda eram governados por generais que não sinalizavam para nenhum tipo de abertura – vide: Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia. Para tanto, mesmo após a anistia, os militares brasileiros com a ajuda de agentes argentinos e uruguaios continuavam a agir clandestinamente no país desde 1975 com a Operação Condor<sup>358</sup>.

Em contrariedade a todo esse processo, “integrantes da comunidade de informações começaram a organizar ações clandestinas que, embora de autoria anônima, traziam impressa a marca de violência dos órgãos repressivos”<sup>359</sup>. Sem ter mais os velhos inimigos já derrotados na primeira metade dos anos 1970, a linha dura se sentia ameaçada, pois a higienização absoluta a nível ideológico não havia se efetivado ainda como queriam e por ser sentir acuada ante a nova emergência de atores sociais que resurgiam em meados da década de 1970. Para tanto, a alternativa era agir nas sombras. Eles não poderiam mais cometer deslizes em seus atos achando que vista grossa seria feita. O caso Herzog os provou o suficiente que a sociedade civil estava mais alerta e atuante. Com a mídia tendo mais liberdade, as denúncias poderiam se tornar um problema direto. Portanto, agora o modo de ação deveria ser meticuloso o bastante para que não fossem descobertos e punidos – fosse ainda durante o regime ou a posteriori com o retorno do Estado de Direito. Panfletos secretos circulavam pelos quartéis com protestos contra a abertura.

Iniciados já em 1976, no meio do governo Geisel, os ataques terroristas dos militares tornam-se cada vez mais comuns. No referido ano, 14 atentados acontecem e o grupo responsável por esses atos extremistas e radicais já mantinha esta prática de longa

<sup>358</sup> PADRÓS, Enrique Serra. **Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor**. IN PADRÓS, Enrique Serra *et al* (org.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2010.

<sup>359</sup> JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: EDUSP, 2013, p.93.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

data – desde 1962, quando explodiram uma bomba no pavilhão de uma exposição comercial soviética no Rio de Janeiro, com participação de oficiais<sup>360</sup>.

Na edição de 01 de outubro de 1978, o *Jornal do Brasil* afirma que só em apenas 6 meses durante o ano de 1978, haviam explodido 26 bombas em redações de pequenos jornais, diretórios estudantis, igrejas e residências, tendo como autoria entidades secretas como o GAC (Grupo Anti Comunista) e o MAC (Movimento Anti Comunista)<sup>361</sup>, Comando Delta ou Falange Pátria Nova. O jornal denuncia também a aparente vista grossa feita em vários destes casos e apontam como os principais alvos pessoas ligadas às lideranças sociais militantes, órgãos de imprensa, livrarias, bancas de jornal, universidade e instituições identificadas com a oposição (OAB, como veremos a seguir). Na mesma matéria vemos casos de sequestro do padre Joacir Grandi, responsável por um movimento de jovens da pequena Imbituda, próxima a Curitiba; da bomba explodida na igreja de São Francisco das Chagas em Belo Horizonte; outra bomba detonada na casa do advogado Geraldo Magela, também na capital mineira; do professor universitário Paulo de Oliveira Gomes, de Apucarana (norte do Paraná), sequestrado e torturado por três dias; a professora e jornalista Juracilda Veiga, após receber cartas ameaçadoras do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) é sequestrada e mantida três dias em cativeiro.

Ainda nesta edição do *Jornal do Brasil*, vemos outra matéria do bispo responsável pela Pastoral da Juventude da Regional Nordeste II, no Pernambuco, Dom Marcelo Pinheiro Carvalheira e o bispo auxiliar de João Pessoa denunciando a perseguição tanto à membros eclesiais como a fieis que atuam junto em pastorais como a de jovens. Nas palavras do bispo pernambucano

Não é de hoje que a Igreja do Nordeste e, principalmente a Arquidiocese de Olinda e Recife, se vê acusada e perseguida. Essa é a política do regime implantado em nosso país desde 1964. Principalmente no Nordeste, a maioria

<sup>360</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Acabada*. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p.183.

<sup>361</sup> **Extrema direita assume em Minas a culpa**. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. P.18, 01 de outubro de 1978.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

do nosso povo sofre na pele as graves consequências de um modelo econômico-político e social injusto, desumano e, portanto, antievangélico.<sup>362</sup>

Nem mesmo o diácono e coordenador regional Domenico Corcione ficou livre de acusações. Ele vinha sendo acusado por reorganizar o PCR (Partido Comunista Revolucionário). Ele relata também o caso do estudante Edval Nunes da Silva, “Cajá”, que depois de sequestrado e torturado, foi encarcerado em presídio comum por prisão preventiva, mesmo sendo réu primário e possuindo trabalho e residência certos.

Quiçá, nas universidades, como relata Rodrigo Patto Sá Motta<sup>363</sup>, há vários casos nos campi de todo o Brasil de agentes que perseguiram, ameaçavam alunos (principalmente aqueles ligados a movimentos estudantis e sociais) ou proibiam certas atividades como exibição de filmes, encenações teatrais ou atrações musicais, além de tentar boicotar eleições para DCE’s ou DI’s<sup>364</sup> em plena reabertura.

A primeira onda de atentados do governo Figueiredo em 1979 teve pelo menos 12 atentados:

A sucursal de Belo Horizonte do semanário *Em Tempo* publicou uma lista com os nomes de torturadores, foi depredada pela terceira vez. No Rio de Janeiro, colocaram uma bomba no carro do jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, o último diário a ter sua censura prévia suspensa. Foram atacados três diretórios acadêmicos, um teatro, uma livraria, uma reunião de sindicalistas e duas igrejas<sup>365</sup>

Como um efeito dominó, uma série de atentados foi se espalhando pelo país inclusive com novas variações, como as cartas bombas.

Todavia, para muitos na caserna, estes ataques sequer mereciam ser categorizados como atentados, muito menos terrorismo. O próprio oficial Coelho Netto sustentara que “atentado sem morte não é atentado”<sup>366</sup>. Ou, quando eram, logo se

<sup>362</sup> **Bispo vê perseguição.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. P.20, 01 de outubro de 1978.

<sup>363</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>364</sup> Na UFRN, por exemplo, foram proibidas exibições de filmes, houve interferência na escolha de dirigentes do DCE e coação ostensiva a líderes estudantis (MOTTA, 2014, p.202). Na UFC, no fim dos anos 1970, alunos de Engenharia Elétrica percebem a infiltração de um agente nas suas reuniões de chapa para a eleição do Diretório Acadêmico (IDEM, p.204).

<sup>365</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Acabada.* – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p.185.

<sup>366</sup> IBIDEM, p.185.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

taxava como armação dos terroristas da esquerda que, inconformados com a derrota, tentavam se vingar de forma covarde.

Enquanto os atentados a bomba fossem contra estruturas físicas, como livrarias, escritórios ou bancas havia mais uma intenção de ameaçar e intimidar, podendo ocasionalmente, claro, resultar em algum ferimento, mas os atentados começaram a se tornar mais radicais e alcançar um patamar mais perverso com o surgimento das cartas-bombas – estas, inevitavelmente mutilariam quem as abrisse, quando não matasse. Um dos casos mais alarmantes da época é o da carta bomba que vitimou a secretária do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – sede Rio de Janeiro –, a senhora de 59 anos, Lyda Monteiro da Silva, em 27 de agosto de 1980. Além do atentado à OAB, outra carta foi enviada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, destinada a um vereador; seu assessor a abriu e por causa da explosão teve seu braço amputado. Na sede do jornal ligado ao Partido Comunista do Brasil, Tribuna da Luta Operária, em que um artefato de pouca potência estourou durante a madrugada, provocando apenas estragos materiais. Outra carta-bomba havia sido enviada à ABI (Associação Brasileira de Imprensa), mas foi desativada por seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, haver sido avisado por telefonema de um suposto representante do CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

Enquanto tudo isso explodia, em visita ao Chile, Figueiredo afirma que o “Brasil tem firme compromisso com a democracia”<sup>367</sup>. Esta é sua fala dada em um pronunciamento à imprensa chilena, no período em que o general visitava Pinochet. O presidente brasileiro fala que presa pela total democracia e liberdade dos sujeitos e é totalmente contra qualquer sistema fascista de governo. Ironicamente, a situação parecia ir ao sentido diametralmente oposto à declaração do general.

Para além destes atentados a estes órgãos, houve o famoso atentado do Rio Centro, em 30 de Abril de 1981, que para a sorte de muitos foi frustrado graças ao imprevisto acidental que fez com que a bomba explodisse no colo de um sargento dentro de um carro, acompanhado de um capitão que se feriu gravemente, mas

<sup>367</sup> **Figueiredo tem firme compromisso com a democracia.** Diário da Borborema. Campina Grande, p.01, 05 de outubro de 1980.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sobreviveu. A bomba poderia ter feito várias vítimas, caso o plano tivesse ocorrido como o planejado, já que no local estava acontecendo um show em comemoração ao 01 de Maio, com vários ícones da música brasileira e opositores convictos à ditadura como Gonzaguinha, Gilberto Gil, entre outros e contava com aproximadamente 18 mil pessoas. Como várias portas do lugar onde ocorria o show estavam estranhamente fechadas, sobrariam apenas duas portas para esses milhares de pessoas passarem desesperadas com as explosões e o possível escuro ocasionando um esperado pisoteamento de até centenas de pessoas, gerando feridos e mortos.

Depois das bombas do atentado no Riocentro, Golbery, que era então ministro da casa Civil do governo Figueiredo pede demissão devido ao episódio por saber da participação de militares comandados pela linha dura contrária à distensão, que, embora tenha fracassado o atentado, pôs em risco a vida de milhares de civis além de representar retrocesso em relação à abertura política que tentou implementar desde Geisel.

Em 1982 há o caso da prisão de 84 membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que estavam, segundo as escassas informações obtidas pela imprensa, em uma reunião para debater as bases de organização do partido ou que eles estariam participando do 7º Congresso Nacional do Partido Comunista. O motivo da prisão seria justificado pela Lei de Segurança Nacional, artigo 40, que pune a tentativa de reorganização de partido político extinto por força da lei (com pena de 1 a 5 anos de cadeia). Além da prisão dos partidários que estavam presentes na reunião, apreenderam também documentos que estariam na editora “Novos Rumos”, instalada no 12º andar e que editava o jornal de esquerda “Voz da Unidade”.<sup>368</sup> Enquanto para alguns a liberdade de imprensa já era um fato consumado, para outros não passava de uma farsa, principalmente àqueles ligados à imprensa alternativa de esquerda (vulgarmente chamada de “imprensa nanica”) que tinha constantemente suas sedes depredadas, materiais apreendidos e circulação dificultada. O fim da censura em jornais só se efetivou para a grande imprensa.

<sup>368</sup> **Polícia Federal prende 84 membros do PC.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.01, 14 de setembro de 1982.





Mesmo em pleno Janeiro de 1985, em São Paulo, há pouquíssimo tempo para o fim formal da ditadura, temos a prisão de três membros do Partido Revolucionário Comunista (PRC) por terem apenas colado cartazes contra as eleições indiretas para presidência da república.<sup>369</sup>

### Conclusão

Pudemos constatar que o plano de distensão, lenta e gradual de Geisel, prosseguida por seu sucessor, João Batista Figueiredo, foi um projeto idealizado e arquitetado pela cúpula militar se valendo de alguns fatores. O primeiro que deve ser observado seria o benefício de não serem contestados - até porque teriam varrido praticamente todo remanescente de oposição combativa que havia até então. Em segundo só teve clemência a um único tipo de oposição que era aquela moderada e aceitável, a qual teria condições de negociação. Essa observação se faz importante porque é justamente neste momento inicial que a caserna começa a perceber que o único caminho plausível no momento é guiar o país para uma abertura política, mas que isso não se desse de forma espontânea ou externa a seu poderio - eles fariam as regras para o jogo da transição. Para tanto, sempre que os opositores tentavam furar as barreiras deste projeto, prontamente os militares respondiam em reprimenda.

Este último ponto, por sinal, é outro ponto vital para a conclusão desta pesquisa. Observamos que com certo arrefecimento do regime militar, as formas de repressão e violência se sofisticam. Passam a existir de duas formas: uma mais caótica e fora das cadeias de comando, com as explosões a bomba e atentados sem autoria certa que surgia como própria insatisfação de núcleos militares em direcionar o país rumo a uma “redemocratização”. A segunda era ainda sob os comandos centrais e sistemáticos do governo militar em que funcionavam justamente para manter o projeto distensor sempre nos trilhos, reprimindo aqueles que tentassem extrapolar os limites impostos. Para tanto

---

<sup>369</sup> “Polícia prende 3 dissidentes do PCdoB”. Jornal da Paraíba. Capina Grande. P.01. 03 de Janeiro de 1985.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

lembramos que os partidos comunistas ainda estavam na ilegalidade, membros estavam sendo presos.

A repressão e a vigilância não cessaram; se sofisticaram e mudaram em parte seu *modus operandi* como uma forma de acompanhar o ritmo da “redemocratização” e não atrair muitos holofotes. Como vimos, violenta não só foi a opressão, mas também a fome, a desigualdade, o descaso e injustiça que violentou tanto brasileiros nesse período de abismo social - sobretudo na região Nordeste.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DEO, Anderson. **Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa**. IN PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p.305.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GOMES, Rômulo Gabriel de Barros & SILVA, Marcília Gama da. Humor em tempos de chumbo: uma análise da censura durante a ditadura militar através das charges publicadas em periódicos de circulação em Pernambuco IN *Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”*. Luiz C. L. Marques (Org.). Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. p. 1183-1193. Disponível em: <http://www.unicap.br/colquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1183-1194.pdf>. Acesso em 06 de Agosto de 2018.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: EDUSP, 2013.







III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PADRÓS, Enrique Serra. **Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor.** IN PADRÓS, Enrique Serra *et al* (org.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2010.

